



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO  
ESTADO DE MATO GROSSO

## CONCURSO PÚBLICO Nº001/2023

### DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A PROVA OBJETIVA

#### NÍVEL SUPERIOR

**Cargos:** Procurador Jurídico, Contador, Nutricionista, Professor Pedagogo, Enfermeiro

**Candidatos:** Sayd Lima Clemente Versalli, Marcelo Miranda Amanda Bravo Silvio, Luana de Almeida Silva, Gleice Kelly de Castro Estevão  
**Disciplina:** Língua Portuguesa  
**Questão Nº:** 10  
**Resultado da Análise:** Deferido  
Em resposta aos recursos interpostos para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo é procedente. **Questão Anulada, atribuída pontuação a todos os candidatos concorrentes ao cargo, por apresentar erro na sua formulação.**

**Cargos:** Enfermeiro, Engenheiro Civil, Professor Pedagogo, Dentista

**Candidatos:** Fernanda Onório da Silva, Flávio Luiz Andreolli, Emanuelle Souza de Siqueira Andreolli, Soraia Rocha Gazotto  
**Disciplina:** Matemática  
**Questão Nº:** 19  
**Resultado da Análise:** Indeferido  
A questão aborda conhecimentos acerca de ângulos. Toda reta tem  $180^\circ$ , logo, se esta for intercepta por outros segmentos, o ângulo será dividido em tantas partes houverem secções, todavia, a soma dos ângulos sempre será igual a  $180^\circ$ . Desta forma, a figura da questão mostra que há um ângulo incógnito  $(x + 5)^\circ$ . Se faz necessário descobrir, em primeiro lugar, o valor de  $x$  (que é 40). Agora para dizer o ângulo da secção é preciso somar com o valor mostrado e então teremos o ângulo total, ou seja,  $45^\circ$ .

**Argumentação inválida. Recurso indeferido.**

**Cargo:** Procurador Jurídico

**Candidatos:** Douglas Correia Pires Neves, João Gabriel de Jesus Cavalcante Dias, Marcelo Andrigo Baía Eduardo, Ronaldo Martins de Amorin, Sayd Lima Clemente Versalli, Victor Augusto Estevão, Victor Hugo Inácio Dronov, Welton Sodrê da Silva Diniz, Willian Generozo Gonçalves de Alencar Mendes  
**Disciplina:** Conhecimentos Específicos  
**Questão Nº:** 25  
**Resultado da Análise:** Deferido  
Em resposta aos recursos interpostos para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo é procedente. **Questão Anulada, atribuída pontuação a todos os candidatos concorrentes ao cargo, por apresentar erro na sua formulação.**

**Cargo:** Procurador Jurídico

**Candidatos:** Douglas Correia Pires Neves, João Gabriel de Jesus Cavalcante Dias, Marcelo Andrigo Baía Eduardo, Ronaldo Martins de Amorin, Sayd Lima Clemente Versalli, Victor Augusto Estevão, Victor Hugo Inácio Dronov, Welton Sodrê da Silva Diniz, Willian Generozo Gonçalves de Alencar Mendes  
**Disciplina:** Conhecimentos Específicos  
**Questão Nº:** 26  
**Resultado da Análise:** Indeferido  
A questão traz a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e que se aplica à locação, sendo a questão correta.

Diferentemente das outras assertivas a) Às empresas públicas /b) As sociedades de economia mista c) Aos órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função executiva; Esta lei nº 14.133/2021, não cuida de nenhuma dessas assertivas (a, b, c), dessa forma não há que se falar em flagrante a ilegalidade, por desrespeito às regras do edital, ou haver erro grosseiro.

Os candidatos deveriam se ater o que se pergunta e o artigo 2º, inciso III da Lei nº 14.133/2021, é claro e objetivo.

Recurso indeferido.

#### Cargo: Procurador Jurídico

**Candidatos:** Douglas Correia Pires Neves, João Gabriel de Jesus Cavalcante Dias, Marcelo Andriago Baía Eduardo, Ronaldo Martins de Amorim, Sayd Lima Clemente Versalli, Victor Augusto Estevão, Victor Hugo Inácio Dronov, Welton Sodré da Silva Diniz, Willian Generoso Gonçalves de Alencar Mendes

**Disciplina:** Conhecimentos Específicos

**Questão Nº** 33

**Resultado da Análise:** Indeferido

A questão traz o assunto sobre ter o consentimento do cônjuge para propor ação de direito real imobiliário, em outras palavras, é dar poderes ao seu cônjuge para tratar assuntos tais quais o condomínio, o aluguel, a compra e venda de imóveis, a usucapião e os financiamentos da casa própria. No entanto, a questão pergunta sobre a exceção sobre esse consentimento, o que traz como resposta a Letra D: “Que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a **instituição** de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges”.

Ao contrário do traz o texto da lei, estabelecida no artigo 73, § 1º, inciso IV do Código de Processo Civil: **Art. 73.** O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

**§ 1º** Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação:

**IV** - Que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a **extinção** de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.

A troca da palavra propositalmente da correta “extinção” por “instituição” não é objeto de anulação. Recurso Indeferido.

#### Cargo: Procurador Jurídico

**Candidato** João Gabriel de Jesus Cavalcante Dias

**Disciplina:** Conhecimentos Gerais

**Questão Nº** 17

**Resultado da Análise:** Indeferido

A questão recorrida trata-se sobre POSSE, que um ato da aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

No entanto, a questão recorrida pergunta sobre a “exceção” desse ato, e a questão em tela não está descontextualizada e sem a indicação de qualquer comando neste sentido, como alega o candidato.

Vejamos a questão abaixo passo-a-passo:

a) A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

(A letra A está no art. 16 § 1º da Lei 280/2004 Regime Jurídico dos Servidores Públicos - A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado).

b) Em se tratando de Funcionário em licença, afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo **será contado do início do impedimento.**

(A letra B está no art.16 § 2º da Lei 280/2004 Regime Jurídico dos Servidores Públicos - Em se tratando de Funcionário em licença, afastado por qualquer outro motivo legal, **o prazo será contado do término do impedimento).**

c) O Funcionário poderá tomar posse através de procurador constituído que apresente no prazo legal o instrumento de mandato com poderes específicos.

(A letra C está no art.16 § 3º da Lei 280/2004 Regime Jurídico dos Servidores Públicos - O Funcionário poderá tomar posse através de procurador constituído que apresente no prazo legal o instrumento de mandato com poderes específicos).

d) Só haverá posse nos casos de provimento por nomeação.

(A letra D está no art.16 § 4º da Lei 280/2004 Regime Jurídico dos Servidores Públicos - Só haverá posse nos casos de provimento por nomeação).

Perceba que a resposta de acordo com o gabarito é a Letra B, que apenas foi trocada propositalmente apenas a palavra “início”. Sendo a correta palavra “término”.

Além disso, ao contrário do que alegam os candidatos, HOUVE efetivamente a transcrição literalmente da lei, conforme demonstra acima.

#### Recurso Indeferido

Candidato: João Gabriel de Jesus Cavalcante Dias  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº: 38  
Resultado da Análise: Indeferido

A questão traz o assunto sobre a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada do Decreto lei nº 5.452/1943 – conhecida como a Consolidação das Leis Trabalhistas.

No entanto, a questão trata-se da exceção dessas regras trazidas pela CLT.

Dessa forma o candidato deve se ater ao que é perguntado.

A resposta está clara e objetivamente no artigo 58-A, § 3º do Decreto Lei nº 5.452/1943 – CLT, pois a questão traz de forma proposital e erroneamente dizendo que:

“As horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o salário-hora normal”.

Ao que acertadamente diz o artigo 58-A da CLT:

**Art. 58-A.** Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017):

(...)

**§ 3º** As horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-hora normal. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).

Recurso indeferido

#### Cargo: Procurador Jurídico

Candidata: Lethícia Mendes Ferreira  
Disciplina: Língua Portuguesa  
Questão Nº: 03  
Resultado da Análise: Indeferido

Em *A coesão textual* (2005), Ingedore Koch trata desse elemento e elucida seus usos, a autora analisa que a classe gramatical mais utilizada na construção de uma coesão é a dos pronomes.

A afirmação “O pronome isso é um elemento de coesão” é verdadeira, pois o pronome ISSO, destarte de ser um pronome demonstrativo é usado como elemento de coesão, pois remete à “eternamente responsável”. O elemento coesivo “isso” por si só se comporta como um elemento de coesão referencial não necessitando da preposição “por” para ter significação.

Mantemos a afirmativa como verdadeira.

Candidata: Lethícia Mendes Ferreira  
Disciplina: Língua Portuguesa  
Questão Nº: 05  
Resultado da Análise: Indeferido

As funções da linguagem estão ligadas de forma intrínseca na construção de texto, havendo em alguns gêneros textuais a predominância de algumas delas. No caso da poesia, é notório que a função

diretamente ligada a ela é a EMOTIVA, pois passa expressa a subjetividade do poeta. No poema em questão, há a presença da função emotiva, visto que ela é a necessária para o poeta, porém no processo de escrita do poema essa função ficou em segundo plano, pois o poema expressa a angústia do autor no processo de escrita dos seus poemas. Por conta disso, a função que predomina no texto não é a EMOTIVA, e sim a METALINGUÍSTICA. O fato de haver uma função de linguagem diretamente ligada à produção de um gênero específico que esta função aparecerá de forma clara em todos os textos desse gênero. Portanto, o recurso é indeferido.

Candidata: **Lethícia Mendes Ferreira**  
Disciplina: **Língua Portuguesa**  
Questão Nº **09**  
Resultado da Análise: **Indeferido**

Segundo Domingos Cegalla (2008), verbos intransitivos em muitos casos serão acompanhados de adjunto adverbial:

Exemplos:

*Maria morreu ontem.*

*José nasceu em São Paulo.*

E este adjunto adverbial no processo de predicação verbal que originará a transitividade do verbo não é considerado como “elemento de transitividade”, pois se retirado o verbo não perde sua significação. No caso da oração: o volume exportado quase dobrou em janeiro, se retirarmos o adjunto adverbial de tempo “em janeiro” o verbo mantém o sentido. Assim, neste caso, “dobrar” é um verbo intransitivo. Além disso, é do senso comum pensar que orações com verbos intransitivos devem ser finalizadas após ele.

Para mais informações: <https://www.portugues.com.br/gramatica/verbos-intransitivos.html>

Recurso indeferido.

Candidata: **Lethícia Mendes Ferreira**  
Disciplina: **Conhecimentos Gerais**  
Questão Nº **13**  
Resultado da Análise: **Indeferido**

Trecho do recurso: *A alternativa “A” indicada como a certa pela banca examinadora não está correta, haja visto que após procura por diversas sites de notícias não se encontrou nenhuma informação/referência de notícias relatando que a cidade de São José do Povo no ano de 2017 passou por correções e consolidações para corrigir imprecisões territoriais causadas por desentendimentos da divisa intermunicipal. Assim, não há referência a tal notícia sobre essas correções em 2017 na cidade de São José do Povo. Dessa forma, deve ser anulada a questão, visto que não há notícias e muito menos referência sobre esse assunto. Devendo ser anulada a questão 13. “*

A nova divisão territorial foi determinada pela lei estadual nº 10.500 de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado e pela Assembléia Legislativa. A referida Lei foi objeto de divulgação através de meios de comunicação, como em reportagem do G1. [...] *O estado sancionou uma lei que faz uma nova divisão em 36 municípios de Mato Grosso. Entre aqueles que sofreram mudanças estão Primavera do Leste, a 239 km de Cuiabá, e Poxoréu, a 259 km da capital, já que a alteração deve afetar assentamentos da região. Agora, a prefeitura de Primavera do Leste deverá notificar todos os órgãos públicos sobre a mudança e criar uma coordenadoria de regularização fundiária para levantar as necessidades dos moradores e planejar o atendimento.* [...]

“Os municípios que agora têm nova divisão são Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Araguaiana, Araguaína, Barra do Garças, Campinápolis, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Dom Aquino, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Nobres, Nova Brasilândia, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Paranatinga, Pedra Preta, Planalto da Serra, Poconé, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Poxoréu, Primavera do Leste, Ribeirãozinho, Rondonópolis, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leste, **São José do Povo**, São Pedro da Cipa, Tesouro e Torixoréu.” (Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2017/01/moradores-de-assentamento-em-mt-comemoram-nova-divisa-territorial.html>)

Após a análise do recurso, decidiu-se pela manutenção do gabarito.

Candidata: Lethícia Mendes Ferreira  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 30  
Resultado da Análise: Indeferido

De acordo com Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), só é admitida anulação judicial de questões de concurso público nos seguintes casos: Flagrante a ilegalidade, por desrespeito às regras do edital; ou. Havendo erro grosseiro. O que não houve não questão recorrida. A LINDB é reconhecida pela doutrina de norma sobre normas, uma vez que tem função essencial de dispor sobre o funcionamento das normas e dos atos no Direito brasileiro de maneira prévia e introdutória.

Muito embora a candidata está parcialmente correta, a resposta C, está incompleta, vez que o artigo 15, letra B diz: “terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia;

Recurso Indeferido.

#### Cargo: Procurador Jurídico

Candidato: Marcelo Andriago Baía Eduardo  
Disciplina: Conhecimentos Gerais  
Questão Nº 12  
Resultado da Análise: Deferido

“De acordo com o IBGE disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/cuiaba/historico> acesso em 20/02/2024 às 08:00h, foi Manoel de Campos Bicudo, e não seu filho Antônio Pires de Campos, quem primeiro chegou na região de Cuiabá entre 1673 e 1682, tornando a letra B incorreta. Como a letra C apresenta Manoel de Campos Bicudo como filho de Antônio Pires de Campos, e não o contrário, esta assertiva também está incorreta, havendo 2 respostas adequadas e merecendo anulação a questão”.

Considerando os argumentos apresentados pelo candidato no presente recurso e corroborado por outras fontes, como, Siqueira, 2009, que a respeito desse assunto, escreve: “Manoel de Campos Bicudo foi um bandeirante pioneiro na penetração do Oeste brasileiro, no início do século XVII. Com o seu filho Antônio Pires de Campos, foi o primeiro bandeirante a atingir a região da atual cidade de Cuiabá, entre 1673 a 1682. Antônio Pires de Campos, ainda criança, acompanhou a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, até a mitológica Serra dos Martírios, que nunca foi localizada novamente”.

Dessa forma, percebe que, embora Pires de Campos também estivesse na primeira bandeira, ele era ainda muito jovem e quem à liderava, era o seu pai, Manoel de Campos Bicudo.

**Após a análise do recurso, decidiu-se pela anulação do gabarito.**

Candidato: Marcelo Andriago Baía Eduardo  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 30  
Resultado da Análise: Indeferido

De acordo com Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), só é admitida anulação judicial de questões de concurso público nos seguintes casos: Flagrante a ilegalidade, por desrespeito às regras do edital; ou Havendo erro grosseiro. O que não ocorreu nesta questão.

A LINDB é reconhecida pela doutrina de norma sobre normas, uma vez que tem função essencial de dispor sobre o funcionamento das normas e dos atos no Direito brasileiro de maneira prévia e introdutória.

Além disso, neste artigo 15 da LINDB determina, com a promulgação da EC nº 45/2004, que modificou o art. 105, I, da Constituição Federal, a competência para homologação de sentença estrangeira passou a ser do Superior Tribunal de Justiça.

A prova de procurador exige do candidato estudos avançados, bem como as causas que impeçam a execução da sentença estrangeira no Brasil.

A questão levantada não há que se falar em anulação vez que na LINDB é objetiva a resposta da questão.

Recurso indeferido

**Cargo: Procurador Jurídico**

**Candidato:** Welton Sodre da Silva Diniz  
**Disciplina:** Língua Portuguesa  
**Questão Nº** 09  
**Resultado da Análise:** Indeferido

Segundo Domingos Cegalla (2008), verbos intransitivos em muitos casos serão acompanhados de adjunto adverbial:

Exemplos:

*Maria morreu ontem.*

*José nasceu em São Paulo.*

E este adjunto adverbial no processo de predicação verbal que originará a transitividade do verbo não é considerado como “elemento de transitividade”, pois se retirado o verbo não perde sua significação. No caso da oração: o volume exportado quase dobrou em janeiro, se retirarmos o adjunto adverbial de tempo “em janeiro” o verbo mantém o sentido. Assim, neste caso, “dobrar” é um verbo intransitivo. Além disso, é do senso comum pensar que orações com verbos intransitivos devem ser finalizadas após ele.

Para mais informações: <https://www.portugues.com.br/gramatica/verbos-intransitivos.html>

Recurso indeferido.

**Cargo: Procurador Jurídico**

**Candidata:** Sayd Lima Clemente Versalli  
**Disciplina:** Conhecimentos Gerais  
**Questão Nº** 11  
**Resultado da Análise:** Indeferido

*“Nesse sentido, leciona RUBENS DE MENDONÇA: A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá foi uma vila criada em 1727 que fazia parte, primeiramente, da capitania de São Paulo e, a partir de 1748, passou a fazer parte da capitania de Mato Grosso. Antes de se tornar uma vila, o território de Cuyabá atraiu moradores após a descoberta de ouro na localidade. Em 1723, o Capitão Jacinto Barbosa Lopes construiu a Igreja matriz, com o nome de Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuyabá. Em novembro 1726, Dom Rodrigo Cesar de Meneses, o Capitão Geral Governador da capitania de São Paulo, visitou o arraial e, em 1º de janeiro de 1727, o elevou à categoria de vila. Assim, a localidade passou a se chamar Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá e teve sua Câmara instalada.” (fonte: MENDONÇA, Rubens de. História de Mato Grosso (Através dos seus Governadores). 1967.)*

*Inegável, pois, o acerto da alternativa “d” ora considerada incorreta pela banca. DOS PEDIDOS: Por todo o exposto é o presente recurso para requerer a anulação da questão de número 11, da matéria de conhecimentos gerais.”*

A primeira descoberta de ouro, se deu em 1719, às margens do rio Coxipó, onde foi fundado o Arraial da Forquilha, primeiro núcleo de povoamento urbano da região. Essa passagem fica expressa por Siqueira, 2009: “Pascoal Moreira Cabral enviou, até a vila de São Paulo, Fernão Dias Falcão, a fim de levar a boa nova da descoberta. A notícia do novo achado aurífero fez acorrer, para as minas do Coxipó, grande quantidade de pessoas das mais variadas partes da Colônia. Exauridas rapidamente, deram nascimento a uma outra, também no rio Coxipó, porém às margens do córrego Mutuca, onde foram encontradas jazidas de ouro. Essa mina ensejou o nascimento de mais um arraial, a que deram o nome de Forquilha. Colocaram-no sob a proteção de Nossa Senhora da Penha de França, padroeira desse segundo achado aurífero e, como era de costume, ali ergueram uma capela em homenagem à santa.” (SIQUEIRA, 2009, Pág. 6). Dessa forma, compreende-se que o primeiro arraial, foi mesmo o da Forquilha, que ficou sob a proteção de Nossa Senhora de Penha e França.

Depois de analisar o recurso, decidiu-se pela manutenção do gabarito.

**Cargo: Procurador Jurídico**

**Candidato:** Ronaldo Martins de Amorim  
**Disciplina:** Legislação  
**Questão Nº** 17  
**Resultado da Análise:** Indeferido

A questão recorrida trata-se sobre POSSE, que um ato da aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

No entanto, a questão recorrida pergunta sobre a “exceção” desse ato, e a questão em tela não está descontextualizada e sem a indicação de qualquer comando neste sentido, como alega o candidato.

Vejam os a questão abaixo passo-a-passo:

a) A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

(A letra A está no art. 16 § 1º da Lei 280/2004 Regime Jurídico dos Servidores Públicos - A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado).

b) Em se tratando de Funcionário em licença, afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo **será contado do início do impedimento.**

(A letra B está no art.16 § 2º da Lei 280/2004 Regime Jurídico dos Servidores Públicos - Em se tratando de Funcionário em licença, afastado por qualquer outro motivo legal, **o prazo será contado do término do impedimento).**

c) O Funcionário poderá tomar posse através de procurador constituído que apresente no prazo legal o instrumento de mandato com poderes específicos.

(A letra C está no art.16 § 3º da Lei 280/2004 Regime Jurídico dos Servidores Públicos - O Funcionário poderá tomar posse através de procurador constituído que apresente no prazo legal o instrumento de mandato com poderes específicos).

d) Só haverá posse nos casos de provimento por nomeação.

(A letra D está no art.16 § 4º da Lei 280/2004 Regime Jurídico dos Servidores Públicos - Só haverá posse nos casos de provimento por nomeação).

Perceba que a resposta de acordo com o gabarito é a Letra B, que apenas foi trocada propositalmente apenas a palavra “início”. Sendo a correta palavra “término”.

Além disso, ao contrário do que alega o candidato, HOUVE efetivamente a transcrição literalmente da lei, conforme demonstra acima, NÃO HÁ NENHUMA DÚBIA INTERPRETAÇÃO DA LEI 280/2004.

Recurso indeferido.

Candidato: **Ronaldo Martins de Amorim**  
Disciplina: **Conhecimentos Específicos**  
Questão Nº **30**  
Resultado da Análise: **Indeferido**

De acordo com Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), só é admitida anulação judicial de questões de concurso público nos seguintes casos: Flagrante a ilegalidade, por desrespeito às regras do edital; ou. Havendo erro grosseiro. O que não ocorreu nesta questão.

A prova de procurador exige do candidato estudos avançados, bem como saber que a toda e qualquer execução de sentença estrangeira no Brasil passa pelo STJ-Superior Tribunal de Justiça.

A questão levantada não há que se falar em anulação vez que na LINDB é objetiva do que é questionado. A LINDB é reconhecida pela doutrina de norma sobre normas, uma vez que tem função essencial de dispor sobre o funcionamento das normas e dos atos no Direito brasileiro de maneira prévia e introdutória.

Além disso, neste artigo 15 da LINDB determina, com a promulgação da EC nº 45/2004, que modificou o art. 105, I, da Constituição Federal, a competência para homologação de sentença estrangeira passou a ser do Superior Tribunal de Justiça.

A prova de procurador exige do candidato estudos avançados, bem como as causas que impeçam a execução da sentença estrangeira no Brasil.

Recurso indeferido

#### Cargo: Procurador Jurídico

Candidata: **Samyr Lima Clemente Versalli**  
Disciplina: **Conhecimentos Específicos**  
Questão Nº **30**  
Resultado da Análise: **Indeferido**

De acordo com Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), só é admitida anulação judicial de questões de concurso público nos seguintes casos: Flagrante a ilegalidade, por desrespeito às regras do edital; ou. Havendo erro grosseiro. O que não ocorreu nesta questão.

A prova de procurador exige do candidato estudos avançados, bem como saber que a toda e qualquer execução de sentença estrangeira no Brasil passa pelo STJ-Superior Tribunal de Justiça.

A questão levantada não há que se falar em anulação vez que na LINDB é objetiva do que é questionado. A LINDB é reconhecida pela doutrina de norma sobre normas, uma vez que tem função essencial de dispor sobre o funcionamento das normas e dos atos no Direito brasileiro de maneira prévia e introdutória.

Além disso, neste artigo 15 da LINDB determina, com a promulgação da EC nº 45/2004, que modificou o art. 105, I, I, da Constituição Federal, a competência para homologação de sentença estrangeira passou a ser do Superior Tribunal de Justiça.

A prova de procurador exige do candidato estudos avançados, bem como as causas que impeçam a execução da sentença estrangeira no Brasil.

Recurso indeferido

#### Cargo: Bibliotecário

Candidata: Alessandra de Oliveira Nascimento

Disciplina: Conhecimentos Específicos

Questão Nº 35

Resultado da Análise: Indeferido

De acordo com SARAIVA EDUCAÇÃO sobre gestão do IES (Instituto de Educação Superior) e Metodologias de Ensino:

As bibliotecas digitais têm um funcionamento muito similar ao das bibliotecas tradicionais. A principal diferença está na praticidade oferecida pela tecnologia: por se tratar de um acervo digital, todo o processo de empréstimo, leitura e devolução de livros é feito de forma remota e online.

Isso significa que, para pegar um livro na biblioteca digital, é necessário que a pessoa esteja cadastrada e tenha acesso ao acervo. Depois de fazer uma busca e encontrar o material que deseja, pode fazer a solicitação do empréstimo.

Caso não haja nenhuma fila (algumas bibliotecas podem limitar o número de pessoas com o mesmo livro), o livro é enviado para uma estante digital, onde o aluno tem acesso a ele em todos os momentos.

**Depois de finalizada a leitura digital ou encerrado o prazo de empréstimo, o livro deve ser devolvido ao acervo. Em geral, softwares garantem que essa devolução seja feita de forma automática ao fim do período permitido. Dessa forma, o estudante não precisa se preocupar com multas de atraso, e a equipe de bibliotecários também pode focar em tarefas mais urgentes.**

Todas as afirmativas são verdadeiras, não procede o argumento da candidata, permanece o gabarito.

#### Cargo: Dentista

Candidata: Soraia Rocha Gazotto

Disciplina: Matemática

Questão Nº 18

Resultado da Análise: Indeferido

Prezado candidato, a questão aborda conhecimentos acerca de regra de três. A torneira despeja por hora 120 litros, logo para despejar os 1000 litros, levará 8,3333... horas. Transformando teremos 8 horas inteiras mais a fração de hora correspondente a 0,333... ou seja, 20 minutos. Então o tempo total para que a torneira, com essa vazão, encha a piscina de 1000 litros é 8h20minutos conforme gabarito.

**Argumentação inválida. Recurso indeferido.**

#### Cargo: Nutricionista

Candidata: Amanda Borges Silvio

Disciplina: Conhecimentos Específicos

Questão Nº 35

Resultado da Análise: Indeferido

A segurança alimentar é, de fato, um aspecto crucial dentro dessa área. Ela abrange medidas para garantir que os alimentos sejam seguros para o consumo humano, livres de contaminações, toxinas e patógenos. Isso envolve desde o controle de qualidade na produção até o armazenamento, transporte

e preparo adequado dos alimentos. Afinal, a saúde pública depende da garantia de que os alimentos que consumimos sejam seguros e saudáveis.

A segurança alimentar é um aspecto central na Bromatologia. Ela envolve a prevenção, detecção e controle de riscos microbiológicos, químicos e físicos nos alimentos, visando evitar doenças transmitidas por alimentos e garantir a saúde dos consumidores.

A interpretação de singularidade da candidata na questão não procede, pois trata-se de uma questão complexa e explicativa. **Permanece o gabarito.**

#### Cargo: Professor Pedagogo

Candidata: Eli Sousa dos Santos

Disciplina: Legislação

Questão Nº 27

Resultado da Análise: Indeferido

De acordo com Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), só é admitida anulação judicial de questões de concurso público nos seguintes casos: Flagrante a ilegalidade, por desrespeito às regras do edital; ou. Havendo erro grosseiro. O que não há na questão em tela.

O candidato tem que ater do que é perguntado na questão, e, essa se trata de encontrar a “incorreta”.

A resposta está clara no artigo 17, inciso VIII da Lei Orgânica do município, vejamos abaixo:

Art. 17. Compete privativamente à Câmara Municipal:

VIII conceder licença e autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a ausentar-se do Município e do País por **período superior a quinze dias**, sob pena de perda do cargo;

Recurso Indeferido

Candidata: Eli Sousa dos Santos

Disciplina: Legislação

Questão Nº 29

Resultado da Análise: Indeferido

A questão se refere à exceção de competência, vejamos:

“Compete ao Município, obedecida a legislação: federal e estadual pertinentes, Exceto:

“O município NÃO se dispõe, mediante suplementação da legislação federal e estadual, exclusivamente **sobre ensino superior**”.

Resposta extraída do artigo 12, Inciso V, letra **d** da Lei Orgânica de São José do Povo/MT – 2022

Art. 12. Compete ao Município, obedecida a legislação, federal e estadual pertinentes:

V - Dispor, mediante suplementação da legislação federal e estadual, especialmente sobre:

d) **ensino fundamental e pré-escolar prioritário para o Município;**

Recurso indeferido

Candidata: Eli Sousa dos Santos

Disciplina: Conhecimentos Específicos

Questão Nº 32

Resultado da Análise: Indeferido

A questão foi retirada deste artigo 53 e o **capítulo V foi atualizado pela redação dada pela Lei 13.845 de 2019**, tornando a letra D da questão Incorreta. Portanto permanece o gabarito.

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Capítulo IV  
Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

~~V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência- INCORRETA~~

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. ([Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019](#))

Candidata: Eli Sousa dos Santos  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 34  
Resultado da Análise: Indeferido

A candidata confundiu o gabarito, não ficou claro o seu recurso.

Marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

O Conselho Escolar, órgão deliberativo, será composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias:

( ) Professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares;

( ) Demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola;

( ) Estudantes;

( ) Pais ou responsáveis;

( ) Membros da comunidade local.

Assinale a alternativa correta.

A) V-V-V-V-V

B) V-V-F-V-F

C) V-F-F-V-F

D) V-V-F-F-V

Todas as alternativas estão corretas (LDB - Art.14), sendo assim a resposta correta seria A. (argumento da candidata)

A candidata concorda com o gabarito.

Candidata: Eli Sousa dos Santos  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 38  
Resultado da Análise: Indeferido

A candidata confundiu o gabarito, não ficou claro o seu recurso.

O enunciado pede incorreta. Conforme o Art. 32 da Lei sobre o ensino fundamental, ele tem duração de 9 anos e não 8, sendo assim, correta alternativa D. (argumento da candidata);

A questão é esta, e a candidata concorda com a resposta (gabarito)

Assinale a alternativa Incorreta.

Quanto às etapas correspondentes aos diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional, a Educação Básica compreende:

A) A Educação Infantil, que compreende: a Creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 (três) anos e 11 (onze) meses; e a Pré-Escola, com duração de 2 (dois) anos.

B) O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 9 (nove) anos, é organizado e tratado em duas fases: a dos 5 (cinco) anos iniciais e a dos 4 (quatro) anos finais;

C) O Ensino Médio, com duração mínima de 3 (três) anos;

D) O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 8 (oito) anos, é organizado e tratado em duas fases: a dos 4 (quatro) anos iniciais e a dos 4 (quatro) anos finais.

Candidata: Eli Sousa dos Santos  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 39  
Resultado da Análise: Indeferido

Gabarito C. A resposta do gabarito corresponde ao ano de 1955, sendo assim a alternativa correta é a A, pois foi nesse ano que houve a separação das duas pastas. (argumento da candidata) A candidata concorda com o gabarito, provavelmente confundiu o gabarito.

Assinale a alternativa correta em relação aos acontecimentos da história da Educação do Brasil, ocorrido no ano de 1953.

A) Pela Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953, o Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se Ministério da Educação e Cultura (MEC).

B) Em 1953 foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com o nome de Campanha da Merenda Escolar.

C) Em 1953 foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e centros regionais, todos subordinados ao Inep.

D) Em 1953 são lançadas a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha de Educação Rural

**Cargo: Professor Pedagogo**

Candidato: Elifer Braga de Souza  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 32  
Resultado da Análise: Indeferido

A questão foi retirada deste artigo 53 e o capítulo V foi atualizado pela redação dada pela Lei 13.845 de 2019, tornando a letra D da questão incorreta. Portanto permanece o gabarito.

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Capítulo IV

Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

~~V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.~~ INCORRETA

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

**Cargo: Professor Pedagogo**

Candidata: Emanuelle Sousa de Siqueira Andreolli  
Disciplina: Língua Portuguesa  
Questão Nº 05  
Resultado da Análise: Indeferido

As funções da linguagem estão ligadas de forma intrínseca na construção de texto, havendo em alguns gêneros textuais a predominância de algumas delas. No caso da poesia, é notório que a função diretamente ligada a ela é a EMOTIVA, pois passa expressa a subjetividade do poeta. No poema em questão, há a presença da função emotiva, visto que ela é a necessária para o poeta, porém no processo de escrita do poema essa função ficou em segundo plano, pois o poema expressa a angústia do autor no processo de escrita dos seus poemas. Por conta disso, a função que predomina no texto não é a EMOTIVA, e sim a METALINGUÍSTICA. O fato de haver uma função de linguagem diretamente ligada à produção de um gênero específico que esta função aparecerá de forma clara em todos os textos desse gênero. Portanto, o recurso é indeferido.

Candidata: Emanuelle Sousa de Siqueira Andreolli  
Disciplina: Matemática  
Questão Nº 14  
Resultado da Análise: Indeferido

Há um erro conceitual na resolução descrita pela candidata na parte que é efetuada a subtração “120 min – 25% = 90 min”. Notemos que de fato houve um aumento de 25% na velocidade média de 860 km/h para 1075 km/h e que isso equivale afirmar que a constante de proporcionalidade, neste caso, é 1,25 ( $860 \cdot 1,25 = 1075$ ). Desse modo, o tempo também deve submeter-se a essa constante de

proporcionalidade, porém, como as grandezas envolvidas são inversamente proporcionais, devemos tomar o inverso de 1,25 que é 0,8. Sendo assim, temos:  $2 \cdot 0,8 = 1,6 \text{ h} = 96 \text{ minutos} = 1 \text{ hora e } 36 \text{ minutos}$ .

**Alternativa: d**

Cabe salientar que o caminho trilhado na resolução acima, tem por objetivo evidenciar o ponto exato do erro conceitual cometido pela candidata, no entanto, ao se optar pelo método prático de resolução de Regra de Três Simples – Inversamente Proporcional, obtém-se o mesmo resultado. Veja:

| Velocidade Média (km/h) | Tempo (min) |
|-------------------------|-------------|
| 860<br>↓<br>1075        | 120<br>X ↑  |

$$\begin{aligned}\frac{860}{1075} &= \frac{X}{120} \\ 1075 \cdot X &= 860 \cdot 120 \\ 1075 \cdot X &= 103200 \\ X &= \frac{103200}{1075} \\ X &= 96\end{aligned}$$

Para finalizar, é válido também um contraexemplo que refuta a linha de raciocínio trilhada pela candidata:

Imaginemos uma situação em que um veículo percorra uma determinada distância a uma velocidade média de 80 km/h, gastando 45 minutos (por exemplo). Se esta mesma distância for percorrida, sob as mesmas condições, a uma velocidade média de 160 km/h, o tempo gasto **não será de 0(zero) minutos**, apesar da velocidade média ter **aumentada em 100%**.

Candidata: Emanuelle Sousa de Siqueira Andreolli  
Disciplina: Conhecimentos Gerais  
Questão Nº 21  
Resultado da Análise: Deferido

Trecho do recurso: “Veio solicitar que anulem a questão 21, pois conforme dado na opção C), Antônio Pires de Campos não era pai de Manoel de Campos Bicudo, mas sim filho dele, o que torna a alternativa incorreta.”

Considerando os argumentos apresentados pelos candidatos no presente recurso e corroborado por outras fontes, como, Siqueira, 2009, que a respeito desse assunto, escreve: “Manoel de Campos Bicudo foi um bandeirante pioneiro na penetração do Oeste brasileiro, no início do século XVII. Com o seu filho Antônio Pires de Campos, foi o primeiro bandeirante a atingir a região da atual cidade de Cuiabá, entre 1673 a 1682. Antônio Pires de Campos, ainda criança, acompanhou a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, até a mitológica Serra dos Martírios, que nunca foi localizada novamente. Dessa forma, percebe que, embora Pires de Campos também estivesse na primeira bandeira, ele era ainda muito jovem e quem à liderava, era o seu pai, Manoel de Campos Bicudo.

**Após a análise do recurso, decidiu-se pelo provimento do recurso - questão anulada.**

#### Cargo: Professor Pedagogo

Candidata: Joana Ribeiro Estevão  
Disciplina: Conhecimentos Gerais  
Questão Nº 22  
Resultado da Análise: Indeferido

Trecho do recurso: “São José do Povo está situado ao Sul de Mato Grosso, portanto dentro da área de ocorrência do clima Tropical Continental (aw), que se caracteriza pela existência de duas estações anuais oscilam entre 22° e 36° e as precipitações anuais entre 1.300 e 1.600mm/ano. Na Questão 22 Gabarito da Banca Policon do certame foi considerada a letra A. Porém, solicito a troca do gabarito pela letra (D) pelo motivo que Segundo Site da Prefeitura da Prefeitura de São José do Povo seria o gabarito (D)”

A questão faz referência apenas à localização na divisão em Mesorregiões.

**Após análise do recurso, decidiu-se pela manutenção do gabarito.**

Candidata: Joana Ribeiro Estevão  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 32  
Resultado da Análise: Indeferido

A questão foi retirada deste artigo 53 e o capítulo V foi atualizado pela redação dada pela Lei 13.845 de 2019, tornando a letra D da questão Incorreta. Portanto permanece o gabarito.

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Capítulo IV

Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

~~V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.~~ INCORRETA

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Candidata: Luana de Almeida Silva  
Disciplina: Conhecimentos Gerais  
Questão Nº 22  
Resultado da Análise: Indeferido

Trecho do recurso: *"Venho por meio deste, contestar a questão 22 no qual foi utilizado o conceito de "mesorregião" para se referir ao onde foi realizado o concurso. Porém, o respectivo termo foi alterado pelo IBGE em 2017, para "Região Geográfica Intermediária" sendo usado para referir as subdivisões das grandes regiões do Brasil. Assim, solicito a anulação da questão, uma vez que utiliza um conceito desatualizado e que não condiz com a realidade geográfica atual do país. Ressalto que a utilização de conceitos desatualizados pode prejudicar a avaliação dos candidatos, uma vez que não reflete a realidade e as informações oficiais divulgadas pelo órgão competente. Além disso, o município de São José do Povo encontra-se localizado no Sul Mato-grossense, com coordenadas geográficas: 16º 48'57" de latitude sul e 54º 56'33" de longitude oeste*

Embora o argumento esteja correto, quanto a nova classificação do IBGE, o próprio IBGE ainda disponibiliza dados em suas plataformas, onde é possível comparar dados da divisão em Mesorregiões e Regiões Geográficas Imediatas. À época da referida lei de correções territoriais (2017), a divisão em Mesorregiões era a principal referência.

Após análise do recurso, decidiu-se pela manutenção do gabarito.

Candidata: Luana de Almeida Silva  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 32  
Resultado da Análise: Indeferido

A questão foi retirada deste artigo 53 e o capítulo V foi atualizado pela redação dada pela Lei 13.845 de 2019, tornando a letra D da questão Incorreta. Portanto permanece o gabarito.

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Capítulo IV

Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

~~V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.~~ INCORRETA

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. ([Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019](#))

**Cargo: Professor Pedagogo**

**Candidata:** Maria Helena da Silva Souza

**Disciplina:** Língua Portuguesa

**Questão Nº** 01

**Resultado da Análise:** Indeferido

A questão 01 requeria do candidato o conhecimento acerca dos fatores de textualidade. Na questão, pede-se que ele reconheça qual fator está envolvido diretamente no processo de criação de uma releitura (obra adaptada). O que a candidata pontuou como sendo “informatividade”, na verdade, é “intertextualidade” que são as informações presentes na capa do livro e na ilustração de Dona Anésia que as tornam reconhecíveis como possuidoras de algo em comum.

Na obra *Introdução à Semanálise*, Julia Kristeva (2005) apresenta o conceito de intertextualidade como “relação dialógica entre textos”, ou seja, um novo texto terá elementos de outro anteriormente citado. A ilustração de Dona Anésia faz menção direta a capa de uma edição de *O pequeno príncipe*, assim o leitor que lê a ilustração mentalmente fará a rememoração o livro Antoine de Saint-Exupéry. O fator linguístico ligado este processo dá-se o nome de INTERTEXTUALIDADE. Sendo assim, o recurso é indeferido.

**Candidata:** Maria Helena da Silva Souza

**Disciplina:** Língua Portuguesa

**Questão Nº** 04

**Resultado da Análise:** Indeferido

Esta questão é de interpretação textual, não de compreensão do texto. Isso requeria do candidato entender elementos extratextuais (contexto de criação de poesia) para dar sua resposta.

Carlos Drummond de Andrade traz em forma de poesia, o processo de criação do seu poema. Aqui não se trata de elementos físicos, pois a questão é mental para o poeta como dito no primeiro verso “convive com teus poemas, antes de escrevê-los”, não tendo nada relacionado ao mundo físico, como apontado neste recurso. Por isso, damos o recurso como indeferido.

**Candidata:** Maria Helena da Silva Souza

**Disciplina:** Conhecimentos Gerais

**Questão Nº** 24

**Resultado da Análise:** Indeferido

Recurso: *A alternativa D está correta. O ouro descoberto pelos bandeirantes paulistas nas barrancas do rio Coxipó possibilitou condições para o povoamento e formação do Arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Os bandeirantes paulistas ao encontrar o ouro, intensificaram as buscas na região, dando origem ao vilarejo.*

Depois de analisar o recurso, decidiu-se pela manutenção do gabarito. A primeira descoberta de ouro, se deu em 1719, às margens do rio Coxipó, onde foi fundado o Arraial da Forquilha, primeiro núcleo de povoamento urbano da região. “Pascoal Moreira Cabral enviou, até a vila de São Paulo, Fernão Dias Falcão, a fim de levar a boa nova da descoberta. A notícia do novo achado aurífero fez acorrer, para as minas do Coxipó, grande quantidade de pessoas das mais variadas partes da Colônia. Exauridas rapidamente, deram nascimento a uma outra, também no rio Coxipó, porém às margens do córrego Mutuca, onde foram encontradas jazidas de ouro. Essa mina ensejou o nascimento de mais um arraial, a que deram o nome de Forquilha. Colocaram-no sob a proteção de Nossa Senhora da Penha de França, padroeira desse segundo achado aurífero e, como era de costume, ali ergueram uma capela em homenagem à santa.” (SIQUEIRA, 2009, Pág. 6). Dessa forma, compreende-se que o primeiro arraial, foi mesmo o da Forquilha, que ficou sob a proteção de Nossa Senhora de Penha e França.

**Após análise do recurso, decidiu-se pela manutenção do gabarito.**

Candidata: Maria Helena da Silva Souza  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 32  
Resultado da Análise: Indeferido

A questão foi retirada deste artigo 53 e o capítulo V foi atualizado pela redação dada pela Lei 13.845 de 2019, tornando a letra D da questão Incorreta. Portanto permanece o gabarito.

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Capítulo IV

Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

~~V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.~~ INCORRETA

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

#### Cargo: Psicólogo

Candidata: Amanda Bravo Pereira Almeida  
Disciplina: Língua Portuguesa  
Questão Nº 02  
Resultado da Análise: Indeferido

Dona Anésia deixa explícita a preocupação em não se envolver com os problemas de outrem. A responsabilidade afetiva é um conceito que está relacionado ao cuidado e à atenção que se deve ter nas relações interpessoais, isto é, reconhecer importância do bem-estar emocional das pessoas com as quais nos relacionamos. Nesta proposição, a personagem conhece o conceito e entende as implicações por trás dele, visto que responsabilidade afetiva envolve, entre outras situações, ser responsabilizado por qualquer dano que ocorra com o outro. Assim, damos o resultado por indeferido.

#### Cargo: Enfermeiro

Candidata: Fernanda Onório da Silva  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 31  
Resultado da Análise: Indeferido

O candidato argumenta que não existe vacina para o cancro do colo do útero, em resposta, tenho a relatar; Essa questão foi retirada da OPAS (Organização Pan Americana de Saúde).

A imunização é o processo pelo qual uma pessoa se torna resistente a uma doença, quer através do contato com certas doenças, quer através da administração de uma vacina. As vacinas estimulam o sistema imunitário do organismo a proteger a pessoa contra infecções ou doenças. A imunização previne a doença, a incapacidade e a morte por doenças evitáveis através da vacinação, tais como o cancro do colo do útero, a poliomielite, o sarampo, a rubéola, a paródite, a difteria, o tétano, a tosse convulsa, a hepatite A e B, as pneumonias bacterianas, as doenças diarreicas por rotavírus e a meningite bacteriana.

O cancro do colo do útero resulta da infecção genital pelo vírus do Papiloma Humano (Human Papillomavirus – HPV). **Prevenção Primária:** Introdução da Vacinação profilática contra o HPV, no âmbito do Plano Nacional de Vacinação (PNV)

Na questão em análise, deveria ser assinalada a alternativa Incorreta. E a hepatite C aparece como uma das doenças preveníveis com a vacina, e Não existe vacina contra a hepatite C. (Ministério da Saúde). Portanto permanece o gabarito.

#### Cargo: Enfermeiro

**Candidata:** Karine Lopes Alves  
**Disciplina:** Legislação  
**Questão Nº** 26  
**Resultado da Análise:** Indeferido

De acordo com Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), só é admitida anulação judicial de questões de concurso público nos seguintes casos: Flagrante a ilegalidade, por desrespeito às regras do edital; ou. Havendo erro grosseiro. O que não há na questão em tela.

O candidato tem que ater do que é perguntado na questão, e, essa se trata de encontrar a “correta”.

Todo o conteúdo para estudo foi disponibilizado no edital, e a questão está de acordo com o artigo 60, § 1º da Lei - 280/04.

Art. 60 - O Funcionário que, a serviço, se afastar do Município em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional fará jus a passagens e diárias, para cobrir as despesas com estadia, alimentação e locomoção.

§ 1º- As diárias serão inicialmente fixadas por Lei Municipal, atendidas, as peculiaridades quanto aos locais e distâncias e serão compatíveis com os níveis e cargos dos Funcionários, sendo reajustáveis periodicamente por Decreto do Prefeito ou ato da Presidência da Câmara Municipal, na forma do Artigo 205 desta Lei, com base no índice oficial de indexação.

**Candidata:** Karine Lopes Alves  
**Disciplina:** Legislação  
**Questão Nº** 30  
**Resultado da Análise:** Indeferido

A questão se refere a posse, e a alternativa é incorreta por que está se referindo à licença.

Todo o conteúdo para estudo foi disponibilizado no edital, e a questão está de acordo com o artigo 16, § 2º da Lei - 280/04.

Art. 16 - A posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 2º - Em se tratando de Funcionário em licença, afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

#### Cargo: Engenheiro Civil

**Candidato:** Flávio Luiz Andreolli  
**Disciplina:** Língua Portuguesa  
**Questão Nº** 05  
**Resultado da Análise:** Indeferido

As funções da linguagem estão ligadas de forma intrínseca na construção de texto, havendo em alguns gêneros textuais a predominância de algumas delas. No caso da poesia, é notório que a função diretamente ligada a ela é a EMOTIVA, pois passa expressa a subjetividade do poeta. No poema em questão, há a presença da função emotiva, visto que ela é a necessária para o poeta, porém no processo de escrita do poema essa função ficou em segundo plano, pois o poema expressa a angústia do autor no processo de escrita dos seus poemas. Por conta disso, a função que predomina no texto não é a EMOTIVA, e sim a METALINGUÍSTICA. O fato de haver uma figura de linguagem diretamente ligada à produção de um gênero específico que está figura aparecerá de forma clara em todos os textos desse gênero. Damos, portanto, o recurso como indeferido.

**Candidato:** Flávio Luiz Andreolli  
**Disciplina:** Língua Portuguesa  
**Questão Nº** 09  
**Resultado da Análise:** Indeferido

Segundo Domingos Cegalla (2008), verbos intransitivos em muitos casos serão acompanhados de adjunto adverbial:

Exemplos:

*Maria morreu ontem.*

*José nasceu em São Paulo.*

E este adjunto adverbial no processo de predicação verbal que originará a transitividade do verbo não é considerado como “elemento de transitividade”, pois se retirado o verbo não perde sua significação. No caso da oração: o volume exportado quase dobrou em janeiro, se retirarmos o adjunto adverbial de tempo “em janeiro” o verbo mantém o sentido. Assim, neste caso, “dobrar” é um verbo intransitivo. Além disso, é do senso comum pensar que orações com verbos intransitivos devem ser finalizadas após ele.

Para mais informações: <https://www.portugues.com.br/gramatica/verbos-intransitivos.html>

Recurso indeferido.

Candidato: Flávio Luiz Andreolli  
Disciplina: Matemática  
Questão Nº 14  
Resultado da Análise: Indeferido

Há um erro conceitual na resolução descrita pela candidata na parte que é efetuada a subtração “120 min – 25% = 90 min”. Notemos que de fato houve um aumento de 25% na velocidade média de 860 km/h para 1075 km/h e que isso equivale afirmar que a constante de proporcionalidade, neste caso, é 1,25 ( $860 \cdot 1,25 = 1075$ ). Desse modo, o tempo também deve submeter-se a essa constante de proporcionalidade, porém, como as grandezas envolvidas são inversamente proporcionais, devemos tomar o inverso de 1,25 que é 0,8. Sendo assim, temos:  $2 \cdot 0,8 = 1,6 \text{ h} = 96 \text{ minutos} = 1 \text{ hora e } 36 \text{ minutos}$ .

Alternativa: d

Cabe salientar que o caminho trilhado na resolução acima, tem por objetivo evidenciar o ponto exato do erro conceitual cometido pela candidata, no entanto, ao se optar pelo método prático de resolução de Regra de Três Simples – Inversamente Proporcional, obtém-se o mesmo resultado. Veja:

| Velocidade Média (km/h)     | Tempo (min)            |
|-----------------------------|------------------------|
| $\downarrow$<br>860<br>1075 | 120<br>$\uparrow$<br>X |

$$\frac{860}{1075} = \frac{X}{120}$$
$$1075 \cdot X = 860 \cdot 120$$
$$1075 \cdot X = 103200$$
$$X = \frac{103200}{1075}$$
$$X = 96$$

Para finalizar, é válido também um contraexemplo que refuta a linha de raciocínio trilhada pela candidata:

Imaginemos uma situação em que um veículo percorra uma determinada distância a uma velocidade média de 80 km/h, gastando 45 minutos (por exemplo). Se esta mesma distância for percorrida, sob as mesmas condições, a uma velocidade média de 160 km/h, o tempo gasto **não será de 0(zero) minutos**, apesar da velocidade média ter **aumentada em 100%**.

Candidato: Flávio Luiz Andreolli  
Disciplina: Conhecimentos Gerais  
Questão Nº 21  
Resultado da Análise: Deferido

Trecho do recurso: “Veio solicitar que anulem a questão 21, pois conforme dado na opção C), Antônio Pires de Campos não era pai de Manoel de Campos Bicudo, mas sim filho dele, o que torna a alternativa incorreta.”

Considerando os argumentos apresentados pelos candidatos no presente recurso e corroborado por outras fontes, como, Siqueira, 2009, que a respeito desse assunto, escreve: “Manoel de Campos Bicudo foi um bandeirante pioneiro na penetração do Oeste brasileiro, no início do século XVII. Com o seu filho Antônio Pires de Campos, foi o primeiro bandeirante a atingir a região da atual cidade de Cuiabá, entre

1673 a 1682. Antônio Pires de Campos, ainda criança, acompanhou a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, até a mitológica Serra dos Martírios, que nunca foi localizada novamente. Dessa forma, percebe que, embora Pires de Campos também estivesse na primeira bandeira, ele era ainda muito jovem e quem à liderava, era o seu pai, Manoel de Campos Bicudo.

**Após a análise do recurso, decidiu-se pelo provimento do recurso - questão anulada.**

Candidato: Flávio Luiz Andreolli  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 36  
Resultado da Análise: Deferido

Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo é procedente. **Questão Anulada, atribuída pontuação a todos os candidatos concorrentes ao cargo, por apresentar erro na sua formulação.**

Candidato: Flávio Luiz Andreolli  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 38  
Resultado da Análise: Indeferido

Prezado candidato

A questão aborda conhecimentos acerca das práticas para garantir o processo de cura do concreto, onde a última afirmação é verdadeira, conforme gabarito anunciado na Letra D, não havendo o que mudar.

Recurso indeferido.

Candidato: Flávio Luiz Andreolli  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 40  
Resultado da Análise: Deferido

Prezado candidato, a questão aborda conhecimentos acerca dos métodos utilizados em pesquisa mineral e por definição, o mineral consiste numa substância inorgânica sólida, de composição química definida e estrutura cristalina ordenada. Eles são os principais constituintes das rochas.

Nesse contexto, a pesquisa mineral trata-se de um conjunto de procedimentos de campo de campo e/ou de laboratório, que realizam estudos em minerais, como levantamentos geológicos, geofísicos e geoquímicos, sondagens, amostragens sistemáticas, o que evidencia a verdade na afirmativa I, ficando assim todas corretas.

Recurso deferido.

**Gabarito alterado para letra D**

Cargo: Engenheiro Civil

Candidato: Luiz Ramiro Nunes das Neves  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 33  
Resultado da Análise: Indeferido

Prezado candidato, a questão aborda conhecimentos acerca dos ensaios de compactação de solo proctor e proctor modificado. O Ensaio de Proctor Modificado utiliza o mesmo molde no padrão, de volume 944cm<sup>3</sup>, porém o solo é compactado em 5 camadas e os golpes são aplicados com um soquete metálico de 4,54kg e altura de queda de 45,7 centímetros. O ensaio Proctor Normal utiliza o cilindro de 10 cm de diâmetro, altura de 12,73cm e volume de 1.000cm<sup>3</sup> é submetida a 26 golpes de um soquete com massa de 2,5Kg e caindo de 30,5cm. Evidenciando assim que a diferença básica entre eles é a variação de energia de cada solo a ser ensaiado.

Argumentação inválida.

**Recurso indeferido.**

Candidato: Luiz Ramiro Nunes das Neves

Disciplina: Conhecimentos Específicos

Questão Nº 36

Resultado da Análise: Deferido

Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo é procedente. **Questão Anulada, atribuída pontuação a todos os candidatos concorrentes ao cargo, por apresentar erro na sua formulação.**

#### Cargo: Farmacêutico

Candidata: Stephany Paiva Damascena

Disciplina: Legislação

Questão Nº 28

Resultado da Análise: Indeferido

De acordo com Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), só é admitida anulação judicial de questões de concurso público nos seguintes casos: Flagrante a ilegalidade, por desrespeito às regras do edital; ou. Havendo erro grosseiro. O que não há na questão em tela.

A candidata tem que ater do que é perguntado na questão, e, essa se trata de encontrar a “correta”.

Todo o conteúdo para estudo foi disponibilizado no edital, e a questão está de acordo com o artigo Artigos 64, Caput da Lei 280/04.

Art. 64 - Ao Funcionário investido em função de chefia é devida uma gratificação pelo seu exercício.

**Recurso Indeferido.**

Candidata: Stephany Paiva Damascena

Disciplina: Conhecimentos Específicos

Questão Nº 40

Resultado da Análise: Indeferido

**Está é a resposta incorreta, que está na questão:** A pesquisa química é a primeira etapa da urinálise; utiliza-se uma fita (tira de plástico) que possui áreas de papéis impregnados com reagentes especiais que irão reagir com a urina, permitindo assim uma análise de modo mais rápido e mais sensível. Constitui um método colorimétrico e separativo.

Esta é a resposta correta: **Pesquisa química:** Nesta segunda etapa da urinálise utiliza-se uma fita (tira de plástico) que possui áreas de papéis impregnados com reagentes especiais que irão reagir com a urina, permitindo assim uma análise de modo mais rápido e mais sensível. Constitui um método colorimétrico e comparativo.

#### Referências Bibliográficas:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Urinálise>

<http://www.professoraangela.kit.net/urinalise2.htm>

<http://www.rimmarilia.com.br/site/urinalise.ppt>

Foram alteradas algumas palavras do enunciado, que mudaram completamente o sentido da resposta, para dificultar o candidato na hora de escolher a alternativa correta.

**Portanto permanece o gabarito.**

#### Cargo: Farmacêutico

Candidata: Joyce Scharneski Constantino

Disciplina: Conhecimentos Específicos

Questão Nº 32

Resultado da Análise: Indeferido

**A questão pede a resposta incorreta e na letra B está escrito que a limpeza de piso dever ser feita semanalmente e isto está errado** (argumento da candidata)

Esta é uma das alternativas da questão: A **descontaminação de piso**, paredes, portas será realizada semanalmente pela equipe de limpeza terceirizada conforme a programação;

Limpeza Terminal: É o procedimento de limpeza e/ou desinfecção/descontaminação, de todas as áreas da Unidade, objetivando a redução da sujidade e, conseqüentemente, da população microbiana, reduzindo a possibilidade de contaminação ambiental. É realizada periodicamente de acordo com a criticidade das áreas (crítica, semicrítica e não-crítica), com data, dia da semana e horário pré-estabelecidos em cronograma mensal. Inclui todas as superfícies e mobiliários. Portanto, é realizada em

todas as superfícies horizontais e verticais, das áreas críticas, semicríticas, não-críticas, infraestrutura e área comum. Limpeza terminal – Responsabilidade do Serviço de Higiene: - Piso, parede, teto, janelas, portas, maçanetas...

A **limpeza do piso** é realizada diariamente, mas a **descontaminação de piso**, é realizada semanalmente. Portanto permanece o gabarito.

**Cargo: Fisioterapeuta**

**Candidato:** Valmir Moreira Ramos Júnior

**Disciplina:** Língua Portuguesa

**Questão Nº** 06

**Resultado da Análise:** Indeferido

O recurso afirma que o gabarito preliminar é a letra C, quando na verdade é a letra B:

Imperativo afirmativo, imperativo negativo, imperativo negativo e futuro do presente do indicativo.

Portanto, o recurso está indeferido.

**Candidato:** Valmir Moreira Ramos Júnior

**Disciplina:** Língua Portuguesa

**Questão Nº** 09

**Resultado da Análise:** Indeferido

Segundo Domingos Cegalla (2008), verbos intransitivos em muitos casos serão acompanhados de adjunto adverbial:

Exemplos:

*Maria morreu ontem.*

*José nasceu em São Paulo.*

E este adjunto adverbial no processo de predicação verbal que originará a transitividade do verbo não é considerado como “elemento de transitividade”, pois ser retirado o verbo não perde sua significação. No caso da oração: o volume exportado quase dobrou em janeiro, se retirarmos o adjunto adverbial de tempo “em janeiro” o verbo mantém o sentido. Assim, neste caso, “dobrar” é um verbo intransitivo. Além disso, é do senso comum pensar que orações com verbos intransitivos devem ser finalizadas após ele.

Para mais informações: <https://www.portugues.com.br/gramatica/verbos-intransitivos.html>

Recurso indeferido.

**Candidato:** Valmir Moreira Ramos Júnior

**Disciplina:** Matemática

**Questão Nº** 20

**Resultado da Análise:** Indeferido

Simplificando a expressão dada, temos:

$$\begin{aligned} & (x-3)^2 + (x+3) \cdot (x-3) \\ & (x-3) \cdot (x-3) + (x^2 - 3x + 3x - 9) \\ & (x^2 - 3x - 3x + 9) + (x^2 - 9) \\ & (x^2 - 6x + 9) + (x^2 - 9) \\ & x^2 + x^2 - 6x + 9 - 9 \\ & 2x^2 - 6x \end{aligned}$$

Alternativa: c

Observação:  $(x-3)^2 \neq x^2 + 9$

**Cargo: Fisioterapeuta**

**Candidato:** Washington Cesar Gonçalves Homem

**Disciplina:** Matemática

**Questão Nº** 18

**Resultado da Análise:** Indeferido

Prezado candidato, a questão aborda conhecimentos acerca de regra de três. A torneira despeja por hora 120 litros, logo para despejar os 1000 litros, levará 8,3333... horas. Transformando teremos 8 horas

inteiras mais a fração de hora correspondente a 0,333... ou seja, 20 minutos. Então o tempo total para que a torneira, com essa vazão, encha a piscina de 1000 litros é 8h20minutos conforme gabarito.

**Recurso indeferido.**

**Cargo: Contador**

**Candidato:** Paulo Henrique da Costa Silva

**Disciplina:** Conhecimentos Específicos

**Questão Nº** 31

**Resultado da Análise:** Indeferido

O Candidato Requerente alega que a Banca Examinadora não especificou em edital a cobrança em matéria específica da Portaria 42, de 14 de abril de 1999, inviabilizando a devida preparação.

Cabe esclarecer que no Edital, Conteúdo para Contador- Contabilidade Pública Conteúdo específica no Item 02: Despesa pública: Conceito, classificação, codificação, estágios da despesa, restos a pagar, patrimônio público, variações patrimoniais, créditos adicionais.

E conforme SILVA, Waldir Leônico (Ed. Atlas, São Paulo) e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, edição atualizada diz:

A Classificação da Despesa Orçamentária:

a) Institucional

b) Funcional

c) Estrutura Programática (e esta classificação é dada pela Portaria 42/1999)

d) Por Natureza

E ainda segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, edição atualizada:

“4.2.3. Classificação por Estrutura Programática - Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos. Conforme estabelecido no art. 3º da Portaria MOG nº 42/1999, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações nela contidos. [...] Ou seja, todos os entes devem ter seus trabalhos organizados por programas e ações, mas cada um estabelecerá seus próprios programas e ações de acordo com a referida Portaria.”

“E traz o conceito no item “c” da classificação- Operação Especial - Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.”.

Considerando que o conhecimento da Portaria 42/1999 está implícito à CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA, somos pelo INDEFERIMENTO à solicitação do candidato requerente em relação à QUESTÃO 31 mantendo-se a questão e o gabarito.

**Candidato:** Paulo Henrique da Costa Silva

**Disciplina:** Conhecimentos Específicos

**Questão Nº** 35

**Resultado da Análise:** Deferido

Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo é procedente.

**Questão Anulada, atribuída pontuação a todos os candidatos concorrentes ao cargo, por apresentar erro na sua formulação.**

**Cargo: Contador**

**Candidato:** Rafael Cezar Rosa

**Disciplina:** Conhecimentos Gerais

**Questão Nº** 22

**Resultado da Análise:** Indeferido

Trecho do recurso: *conforme site oficial prefeitura de são Jose do povo a cidade e localizada na Região Sul Mato-grossense. /www.saojosedopovo.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Historia/, sendo assim peço a*

*anulação dessa questão pois fonte oficial da cidade e demais meios aponta a cidade ao sul de mato grosso.*

Após a análise do recurso, decidiu-se pela manutenção do gabarito. Embora a afirmação esteja correta quanto a direção de São José do Povo em relação ao mapa do estado, a questão faz referência a divisão em Mesorregiões.

**Após a análise do recurso, decidiu-se pela manutenção do gabarito.**

Candidato: Rafael Cezar Rosa  
Disciplina: Conhecimentos Específicos  
Questão Nº 35  
Resultado da Análise: Deferido

Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo é procedente.

**Questão Anulada, atribuída pontuação a todos os candidatos concorrentes ao cargo, por apresentar erro na sua formulação.**

São José do Povo – MT, 01 março de 2024.

Maria Luísa Correa Cardoso  
Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público Nº 001/2023